



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 09 | setembro 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: setembro de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de setembro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

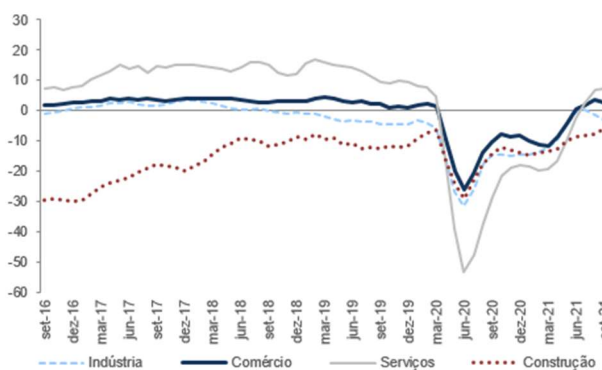
2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

Segundo as Contas Nacionais Trimestrais por sector institucional publicadas pelo INE, no segundo trimestre de 2021, a capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,1% do PIB mais 0,1 p.p. que o registado no trimestre anterior. No mesmo período, verificou-se uma diminuição na capacidade de financiamento das famílias e das sociedades financeiras e uma melhoria da necessidade de financiamento das sociedades financeiras. O saldo das administrações públicas melhorou 1,2 p.p., situando-se em -5,3% do PIB (-7% no primeiro trimestre)

Segundo os dados publicados pelo INE, no mês de setembro, o indicador de clima económico diminuiu, após o crescimento registado em agosto. Nesse período, observou-se uma diminuição dos indicadores de confiança nos sectores de atividade do comércio, serviços e construção, enquanto no sector da indústria se verificou um crescimento.

Figura 2.1. Indicadores de confiança
(SRE, MM3)



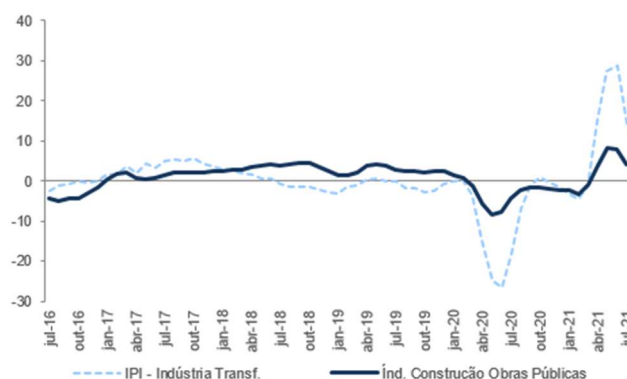
Fonte: INE

No trimestre terminado em julho, o indicador de atividade económica registou um crescimento de 4,9% (que compara com um crescimento de 8,5% no segundo trimestre).

Numa perspetiva sectorial, os dados, em termos médios homólogos, mostram que:

- No sector do comércio a retalho, o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 3,9% no trimestre terminado em agosto (8,2% no segundo trimestre).
- Na indústria transformadora, o índice de produção apresentou um crescimento de 1,3% no trimestre terminado em agosto (14,2% no segundo trimestre) e o índice de volume de negócios apresentou um aumento de 24,8% no trimestre terminado em julho (41,9% no segundo trimestre);
- No sector da construção e obras públicas, o índice de produção registou um crescimento de 4,2% no trimestre terminado em julho (7,8% no segundo trimestre);
- No sector dos serviços, o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 20,9% no trimestre terminado em julho (31,4% no segundo trimestre).

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

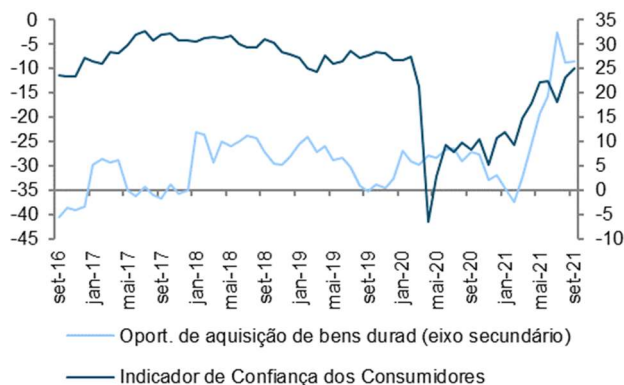
Indicador	Unidade	2020	2020		2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
PIB – CN Trimestrais	VH Real	-7,6	-6,3	-6,8	-5,7	15,5	:	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	-1,1	-1,5	-0,8	-1,5	1,5	1,6	1,8	2,2	1,3	1,9	1,6
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-16,6	-14,8	-14,3	-12,4	-0,7	-3,3	1,7	2,7	-3,2	-4,1	-2,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	-10,9	-10,5	-8,3	-11,5	0,6	2,5	-0,6	4,9	1,6	4,0	2,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	-23,8	-28,4	-18,2	-19,2	-2,6	7,2	-4,4	6,8	5,2	8,6	7,9
Indicador de Confiança da Construção	"	-16,0	-14,4	-14,1	-13,4	-8,6	-6,0	-5,6	-9,5	-9,8	-4,0	-4,3
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-8,3	-1,3	-1,4	-1,7	27,8	:	31,5	10,9	0,2	-7,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	-11,7	-6,7	-6,6	-0,4	39,7	:	42,8	20,0	11,5	:	:
Índice de Volume de Negócios – Serviços	"	-15,7	-14,4	-13,4	-12,6	30,5	:	30,4	20,5	11,8	:	:

Fonte: INE.

Consumo Privado

Em setembro, verificou-se uma melhoria no indicador de confiança dos consumidores de 2,1 p.p., situando-se no valor de -9,9%. Esta evolução reflete o contributo positivo de quase todas as componentes, com exceção das expectativas relativas à evolução futura da realização de compras importantes.

Figura 2.3. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros (SRE-VE, MM3)

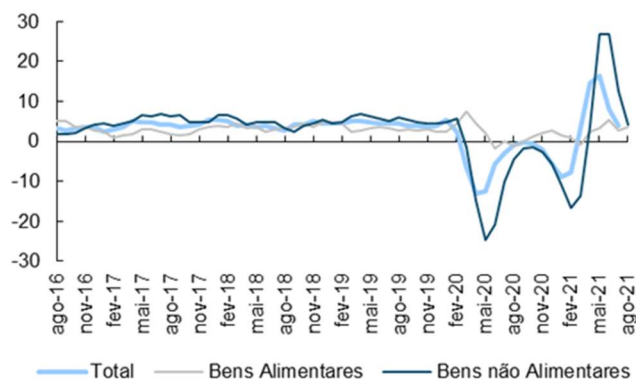


Fonte: INE.

No mês de agosto, o índice de volume de negócios no comércio a retalho apresentou uma variação homóloga de 3,1% (2,6% em julho), com os agrupamentos dos bens não alimentares e dos bens não alimentares a registarem uma variação de 2,6% e 3,8%, respetivamente (2,4% e 2,8% em julho, respetivamente).

Em termos homólogos, no trimestre terminado em agosto, o índice de volume de negócios no comércio a retalho apresentou um crescimento de 3,9%, que compara com um crescimento de 16,4% no segundo trimestre.

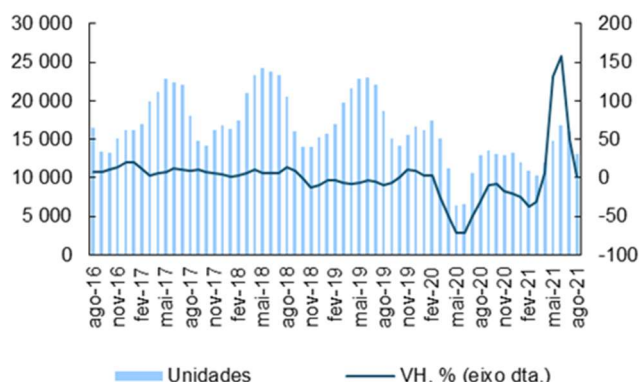
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

Em agosto de 2021 foram vendidos 7 971 veículos ligeiros de passageiros, menos 4 352 unidades do que julho e menos 4 446 unidades do que em agosto de 2020, correspondendo a uma variação homóloga de 35,8%.

Figura 2.5. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2020	2020		2021			2021				
			3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	-7,1	-4,0	-4,5	-6,6	17,5	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-8,1	-26,3	-26,2	-23,0	-14,2	-12,9	-12,8	-12,6	-17,0	-11,9	-9,9
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,2	-29,4	-19,1	-28,2	-13,9	2,9	-16,8	3,2	-4,8	7,1	6,3
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	0,6	-1,0	-2,0	-7,7	16,4	:	16,0	6,9	1,8	3,1	:
Bens Alimentares	VH	1,8	0,1	2,6	-0,8	5,5	:	0,6	4,8	2,5	3,8	:
Bens não Alimentares	VH	-0,4	-1,8	-5,5	-13,6	26,9	:	31,3	8,6	1,1	2,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-6,3	-10,2	-20,1	-31,5	157,6	:	190,2	71,0	-19,0	-35,8	:
Importação de Bens de Consumo***	VH	0,6	-7,1	-5,5	-10,0	19,5	:	19,6	9,9	5,2	:	:

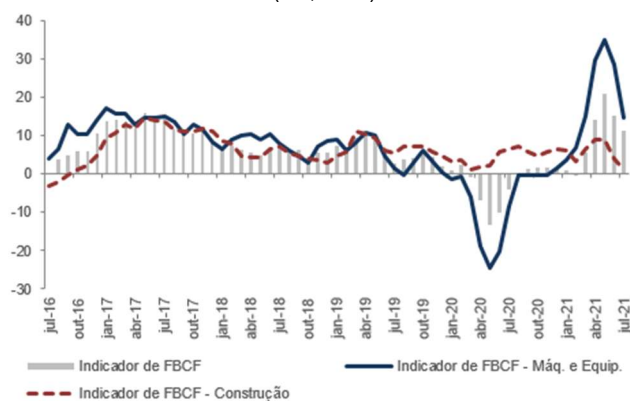
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

Investimento

De acordo com o INE, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou no trimestre terminado em julho, uma taxa de variação homóloga de 11,1%. Esta evolução resultou dos contributos positivos de todas as componentes, máquinas e equipamentos (14,7%), material de transporte (71,7%) e construção (1%).

Figura 2.6. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)

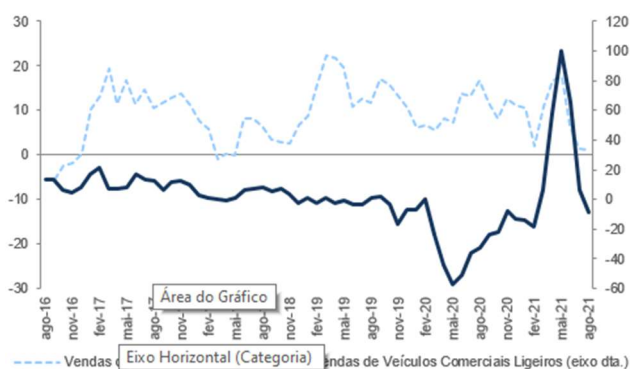


Fonte: INE.

Os dados disponíveis do trimestre terminado em agosto, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento registaram um crescimento de 1% (6,6% no segundo trimestre);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma queda de 8,8% (65,4% no segundo trimestre);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram um crescimento de 8,5% (166,6% no segundo trimestre).

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

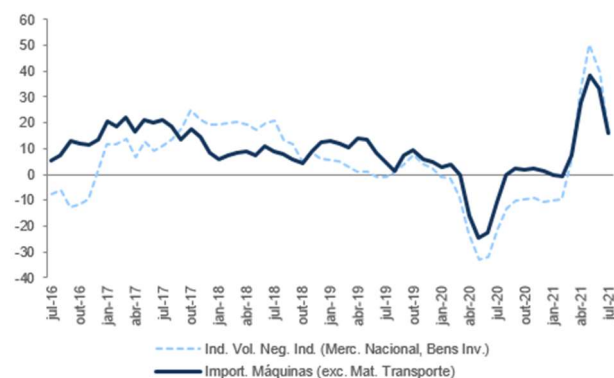


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Os dados disponíveis do trimestre terminado em julho, em termos homólogos, mostram que:

- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram um crescimento de 15,8% (redução de 17,4 p.p. face ao observado no segundo trimestre);
- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento, para o mercado nacional, registou um crescimento de 15,2% (redução de 24,5 p.p. face ao observado no segundo trimestre);
- as licenças de construção de fogos registaram um crescimento de 0,2% (redução de 23,9 p.p. face ao observado no segundo trimestre);

Figura 2.8. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
FBC – CN Trimestrais	VH Real	-5,7	-11,2	-9,6	0,4	3,7	11,0	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	-2,7	-9,9	-0,5	0,4	2,9	12,9	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	-19	-10,1	14	18	5,4	15,1	14,2	20,7	15,1	11,1	:
Vendas de Cimento	VH	10,6	13,7	11,7	11,2	10,8	6,6	15,4	7,0	-1,3	-0,8	6,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-28,3	-51,5	-23,4	-13,1	6,4	65,4	203,4	52,3	19,1	-35,9	-7,3
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-27,9	-68,2	6,0	-8,4	29,1	166,6	283,3	190,4	106,2	-28,5	-27,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-22,1	-53,0	-15,7	-7,3	-14,0	0,7	0,9	5,7	-4,5	9,0	5,9
Licenças de Construção de fogos	VH	0,5	-2,4	-2,2	6,5	10,0	24,1	76,7	16	11,3	-9,9	:
Importações de Bens de Capital**	VH	-5,0	-22,8	2,1	14	7,2	33,2	60,8	33,3	13,8	4,2	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	-15,5	-32,2	-10,4	-10,6	4,3	39,7	104,1	37,5	4,7	7,1	:

* No Comércio por Grosso; ** Excepto Material de Transporte; *** Para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em julho, apontam para uma variação, em termos médios homólogos, de 26,6% das exportações e de 33,5% das importações (49,1% e 48,2% no segundo trimestre).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



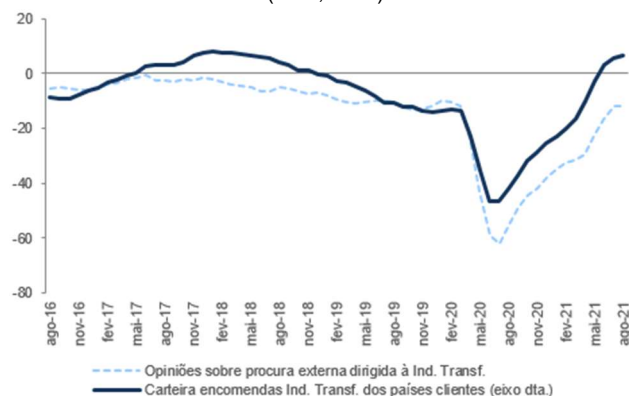
Fonte: INE.

No mesmo período e em termos médios homólogos nominais:

- nas exportações de bens, verificou-se uma variação de 24,3% na componente intracomunitária (48,7% no segundo trimestre) e de 34,7% na componente extracomunitária (50,2% no segundo trimestre);
- nas importações de bens, verificou-se uma variação de 27,3% no mercado intracomunitário (45,6% no segundo trimestre) e de 57,2% na componente extracomunitária (57% no segundo trimestre);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 81,2% (81,6% em igual período de 2020).

As opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora, no trimestre terminado em agosto, continuaram a recuperação iniciada em julho de 2020, após os agravamentos verificados entre março e junho desse ano.

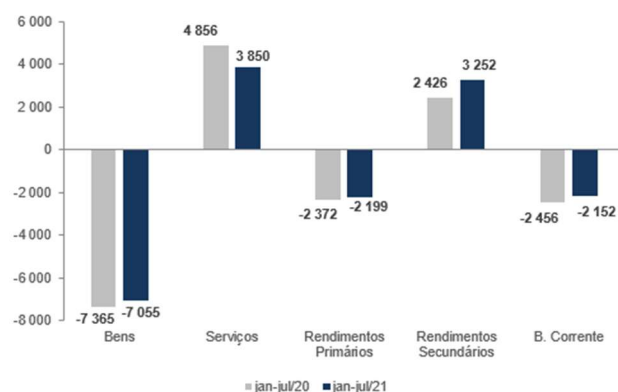
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Até julho de 2021, o défice acumulado da balança corrente situou-se em 2 152 milhões de euros, representando uma melhoria de 304 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração dos saldos da balança de serviços, compensada por uma melhoria no saldo da balança de bens e das balanças de rendimentos primários e secundários.

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 256 milhões de euros (o que representa uma melhoria de financiamento em 1 231 milhões de euros face ao mesmo período de 2020).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-18,6	-39,3	-15,6	-14,4	-9,4	40,0	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-12,1	-29,9	-11,1	-6,2	-4,3	35,5	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	-2,1	-0,8	-12	-2,1	-2,5	-2,7	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	-0,1	1,1	0,1	-0,1	0,0	0,1	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	-10,3	-30,9	-3,0	-3,1	6,3	49,1	29,4	82,4	54,6	217	117
Entradas de Bens	VH nom	-14,8	-34,3	-12,3	-9,5	-5,7	48,2	13,0	65,1	54,6	29,6	214

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

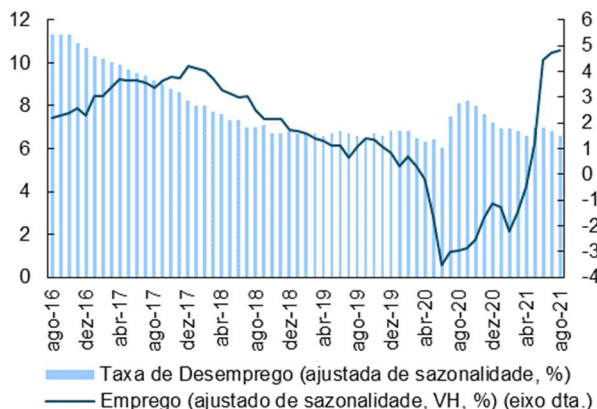
Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2020	2021	Dif.
			2T	3T	4T	1T	2T	jan-jun	jan-jun	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	42	-1375	995	316	176	-948	-975	256	1231
Saldo Balança de Bens	"	-12 269	-2 668	-2 592	-2 924	-2 269	-3 494	-7 365	-7 055	311
Saldo Balança de Serviços	"	8 704	1 185	2 779	1844	1170	1671	4 856	3 850	-1006
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-3 098	-1440	-772	-375	-569	-1203	-2 372	-2 199	173
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 443	946	1161	1271	1190	1563	2 426	3 252	826

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego em agosto de 2021 se tenha situado em 6,4%, traduzindo uma diminuição de 0,2 p.p. relativamente ao mês anterior, menos 0,4 p.p. por comparação com três meses antes e 1,7 p.p. inferior face a agosto de 2020.

Figura 2.12. Emprego e Taxa da Desemprego

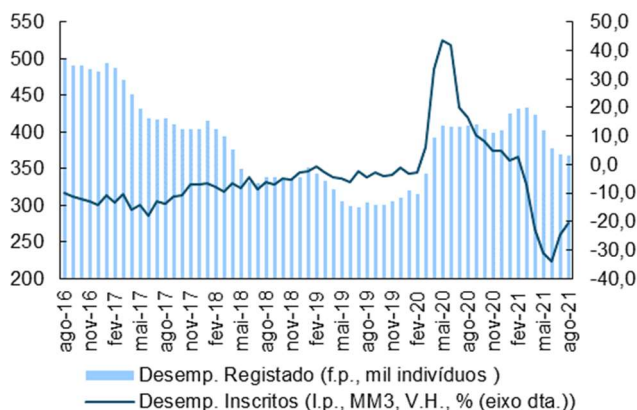


Fonte: INE

No final de agosto, estavam registados nos centros de emprego 368 404 pessoas desempregadas, o que corresponde a uma diminuição de 10% (menos 40 927 pessoas) face a agosto de 2020. Em termos mensais, a evolução é igualmente positiva, com menos 300 desempregados (-0,1 p.p.)

O desemprego diminuiu, face ao período homólogo de 2020, em todos os setores, nomeadamente: no agrícola (-9%), no secundário (-16,5%) e no terciário (-10,6%).

Figura 2.13. Desemprego

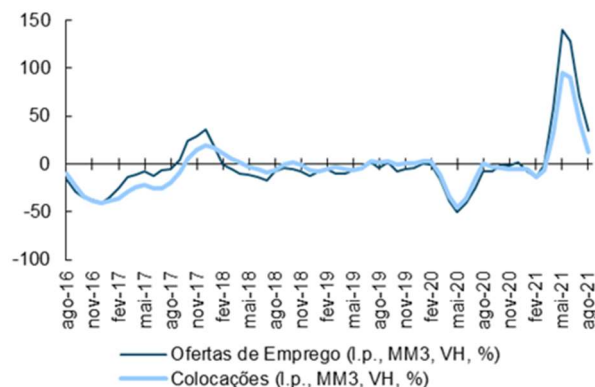


Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de agosto, foram 24 159, traduzindo uma variação homóloga de 78% e mensal de 4%. No último mês, o número de desempregados inscritos diminuiu 15,3% (-19,6% em julho), sendo que a cobertura das colocações desceu 7,3 p.p., passando para 57,4% das ofertas de emprego.

O rácio de colocações e ofertas, no último trimestre situou-se em 60,6%, mantendo a tendência ligeira de crescimento dos últimos 3 meses.

Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

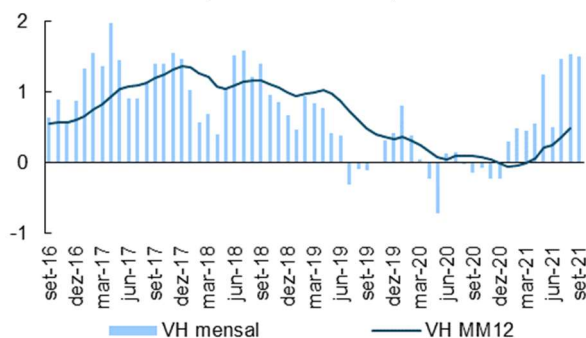
Indicador	Unidade	2020	2020			2021		2021				
			2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
Taxa de Desemprego*	%	7,0	5,7	8,0	7,3	7,1	6,7	7,0	7,0	6,8	6,6	6,4
Emprego Total*	VH	-1,9	-3,6	-3,1	-1,2	-1,3	4,5	1,2	4,5	4,7	5,2	3,8
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	-10,7	36,4	36,1	29,6	25,9	-7,1	8,0	-1,7	-7,1	-9,5	-10,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-1,4	41,8	10,4	4,9	-6,9	-33,9	-43,2	-27,6	-26,7	-19,6	-15,3
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-1,1	-41,3	-7,9	1,7	-0,1	128,2	310,8	151,9	56,7	24,8	20,5
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	14,2	6,0	6,8	7,1	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	4,3	1,4	2,3	1,3	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Segundo a estimativa rápida do INE, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em setembro foi de 1,5%, valor igual ao registado nos dois meses anteriores. Em termos mensais, a variação do IPC foi de 0,9% (-0,2% no mês precedente e -0,3% em agosto de 2020). A variação média do índice nos últimos doze meses foi 0,6% (0,5% em julho).

Figura 2.15. Taxa de Variação do IPC
(VH e VH MM12, %)

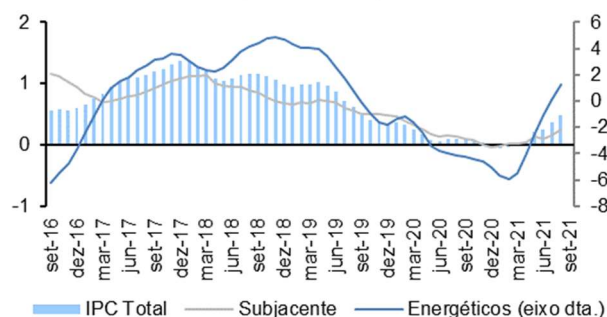


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 0,9% (valor idêntico ao mês anterior). O índice referente aos produtos alimentares não transformados registou uma variação de -0,3% (0,2% em julho), enquanto o agregado relativo aos produtos energéticos se situou em 10,4% (9,3% no mês precedente).

Em média, nos últimos doze meses, o IPC subjacente foi de 0,2% em agosto, valor idêntico ao mês anterior, com uma variação média de 1,6% nos produtos alimentares não transformados e de 1,2% nos produtos energéticos.

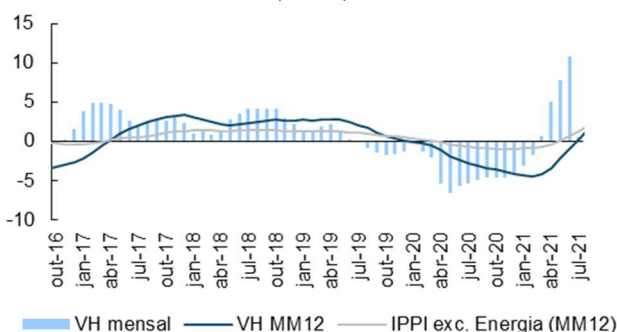
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em agosto, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de 11% (ou seja, uma subida de 0,9 p.p. face a julho), e no qual o agrupamento de energia, observa uma variação homóloga de 29,7% (26% no mês anterior). Excluindo este agrupamento, a variação homóloga dos preços na produção industrial foi 6,6% (6,3% no mês anterior).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2020	2021								
			jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set
Índice de Preços no Consumidor	VC	0,0	-0,3	-0,5	1,4	0,4	0,2	0,2	-0,3	-0,2	0,9
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,0	0,3	0,5	0,5	0,6	1,2	0,5	1,5	1,5	1,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6
IPC - Bens	VH	-0,5	0,3	0,5	0,4	1,4	2,2	1,6	2,1	2,1	:
IPC - Serviços	"	0,7	0,4	0,6	0,5	-0,7	-0,2	-1,1	0,7	0,8	:
IPC Subjacente*	"	0,0	0,6	0,7	0,1	0,1	0,6	-0,3	0,8	0,9	0,9
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-4,2	-3,1	-1,8	0,6	5,1	7,8	8,9	10,1	11,0	:
IHPC	"	-0,1	0,2	0,3	0,1	-0,1	0,5	-0,6	1,1	1,3	1,3
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,4	-0,7	-0,6	-1,2	-1,7	-1,5	-2,5	-1,1	-1,7	:

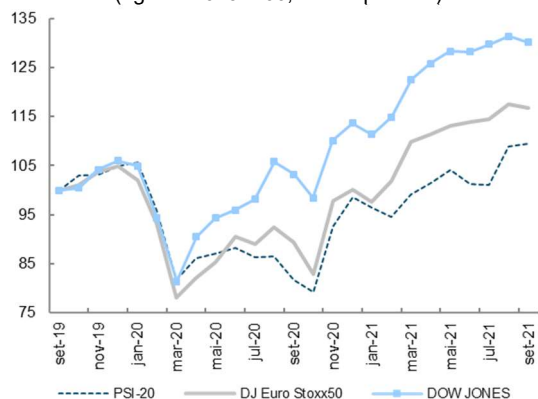
*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução menos favorável, refletindo o início da retirada gradual dos estímulos monetários dos bancos centrais implementados durante a pandemia e as preocupações em torno da escassez de materiais devido aos problemas de fornecimentos das cadeias globais.

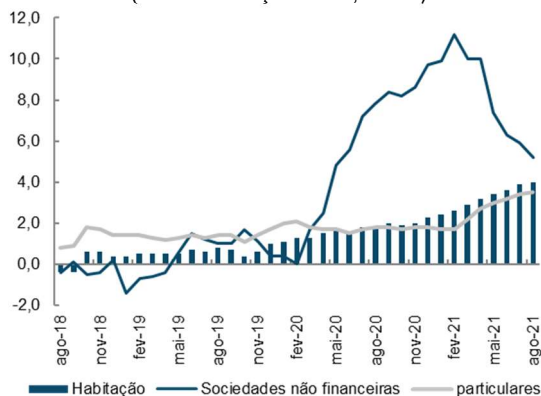
Figura 2.18. Índices Bolsistas
(agosto 2019=100, fim do período)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para setembro/2021, o valor é do dia 27.

Em Portugal, o ritmo de crescimento dos empréstimos às empresas não financeiras tornou-se a abrandar para 5,2% em agosto de 2021 (5,9% no mês anterior). Esta evolução deve-se ao impacto das linhas de apoio à economia concedidas no contexto da pandemia em 2020. Para os particulares, o crédito aumentou para 3,5% (3,4% em julho) resultando do reforço do crescimento do crédito à habitação para 4%; já que a vertente do consumo desacelerou para 1,3%.

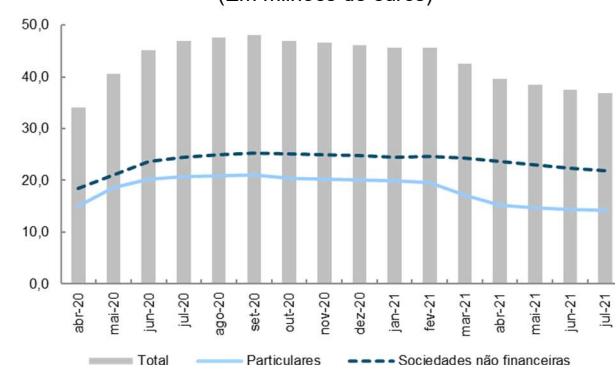
Figura 2.19. Empréstimos bancários
(taxa de variação anual, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

O montante global de empréstimos abrangidos por moratórias bancárias (públicas e privadas) em Portugal caiu para 36,8 mil milhões de euros em finais de julho de 2021 (-0,7 mil milhões de euros do que em junho) das quais 21,8 mil milhões de euros pertenciam às sociedades não financeiras e 14,2 mil milhões de euros aos particulares. Entretanto, as moratórias públicas terminam no final do mês de setembro de 2021.

Figura 2.20. Moratórias bancárias
(Em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro de novos empréstimos para empresas aceleraram ligeiramente para 2% em julho de 2021, devido essencialmente à subida para as empresas de menor dimensão; enquanto abrandaram para os particulares (2,3%) com destaque para o crédito à habitação, cuja taxa baixou para 0,8% (0,83%, no mês precedente).

Num contexto de redução do ritmo de compras de ativos do PEPP (*Pandemic Emergency Purchase Programme*) pelo Banco Central Europeu, a partir do quarto trimestre de 2021 (atualmente em 80 mil milhões de euros mensais) a taxa de juro soberana das *yields* da Alemanha a 10 anos subiu para -0,22% em setembro de 2021 (dia 27), comparado com -0,38% no final de agosto.

As taxas de juro de longo prazo dos países periféricos da área do euro também evoluíram no sentido ascendente em setembro de 2021, mas de forma mais contida do que as de Alemanha, levando a uma descida dos seus prémios de risco, o qual se situou em 54 p.b. em Portugal, no dia 27 (59 p.b., no final de agosto).

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2020	2020	2021							
			dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,061	0,044	0,322	0,227	0,470	0,457	0,408	0,182	0,214
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	64	64	56	58	52	68	64	61	64	59
PSI 20*	VC	-6,1	6,4	-2,1	-19	4,8	2,5	2,6	-2,8	-0,2	7,8
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	2,3	2,4	2,6	2,9	3,2	3,4	3,6	3,9	4,0
- para consumo	va	0,5	0,5	-0,5	-17	-13	0,3	1,0	1,4	1,6	1,3
Empréstimos a empresas	va	9,7	9,7	9,9	112	10,0	10,0	7,4	6,3	5,9	5,2
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	100	100	0,98	0,97	0,95	0,93	0,92	0,90	0,89	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,08	2,08	2,06	2,04	2,03	2,01	2,01	2,00	:

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

Nos primeiros oito meses de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 6 878 M€, o que corresponde a uma degradação de 550 M€. Esta evolução resulta de um crescimento da Receita Efetiva (4,7%) inferior ao da Despesa Efetiva (5,1%). Estes resultados contêm os impactos económicos e das medidas decorrentes da pandemia de COVID-19 com impacto estimado, do lado da receita efetiva, numa diminuição de 482 M€ e, do lado da despesa, num aumento de 3 571 M€.

A evolução da receita, que aumentou 2 510 M€ face ao mesmo período de 2020, resultou sobretudo do crescimento da *Receita Fiscal* (1,3%) e das *Contribuições Sociais* (7,6%), bem como das Outras Transferências Correntes (55,4%), em parte justificado pela transferência de fundos europeus. Do lado da despesa, que aumentou 3 060 M€, destaca-se o crescimento das Outras Transferências Correntes (4,6%), nomeadamente as realizadas pela Segurança Social, onde se incluem algumas despesas de mitigação do impacto da pandemia, das Despesas de Capital (19,4%), devido ao aumento dos encargos com as concessões rodoviárias, pela aquisição de computadores para no sector da educação e ainda pela transferência para o Novo Banco no relacionada com o Acordo de Capitalização Contingente, e das Despesas com Pessoal (5%), influenciadas pelas novas admissões e pelo pagamento de trabalho suplementar no Serviço Nacional de Saúde, e ainda pela *Aquisição de Bens e Serviços* (4,3%). Por outro lado, as despesas com *Juros* e as compensaram parcialmente o aumento da despesa, diminuindo 9,1% face ao período homólogo. Consequentemente, o *Saldo Primário* registou um défice de 2 308 M€ (uma deterioração de 1 009 M€ face ao período homólogo). Por subsectores, a Administração Central e a Administração Regional e Local registaram défices de 6 857 M€ e 71 M€, enquanto a Segurança Social apresentou um superavit de 50 M€.

Administração Central

Em agosto, o Saldo Orçamental da Administração Central registou um défice de 6 857 M€, piorando 641 M€ em termos homólogos. O Déficit Primário foi de 2 383 M€, correspondendo a um aumento de 1 088 M€ face ao período homólogo do ano anterior.

Esta evolução é explicada pelo aumento da *Receita Efetiva* (2,9%) que foi ultrapassado pelo aumento da *Despesa Efetiva* (4%). Para o comportamento da receita, salientam-se os crescimentos da *Receita Fiscal* (0,7%), nomeadamente dos Impostos Diretos (3,3%), assim como das *Outras Transferências Correntes* (141,7%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (4,7%), assim como da *Aquisição de Bens e Serviços* (4,4%), das *Transferências Correntes* para as administrações públicas (7,4%). A despesa com os *Juros e Outros Encargos* registaram uma diminuição (-9,1%), assim como as *Outras Despesas Correntes* (-1,7%).

Por subsectores, o subsector Estado registou em agosto um défice de 7 435 M€ (piorou 960 M€ face ao período homólogo), e um défice primário de 3 112 M€ (que compara com um défice de 1 722 M€ em agosto de 2020). Como já foi referido, para estes resultados contribuiu o aumento da *Receita Fiscal*, nomeadamente do *IRS* (9,5%) que mais que compensou a queda do *IRC* (-12,1%). Os *Impostos Indiretos* caíram 1%, sendo de referir o comportamento do *IVA*, do *IUC*, do *ISP* e *Imposto sobre o Tabaco* (-1,8%, -1,2%, -2,3% e -4,3% respetivamente). Em sentido contrário, registaram-se os crescimentos do *ISV* (1,7%), do *IABA* (2,3%) e do *Imposto do Selo* (9%).

Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta aumentou 11,3%, devido essencialmente à transferência de fundos europeus, no âmbito da antecipação do instrumento de Assistência da Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (RE-ACT-EU) e do PRR. Em sentido contrário registou-se uma diminuição nos *Rendimentos de Propriedade* (-14,4%) e da *Venda de Bens e Serviços Correntes* (-20,7%).

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um saldo positivo de 578 M€, uma melhoria de 319 M€ face ao verificado no período homólogo. O aumento da receita (5,6%) é justificado pelo crescimento das *Transferências Correntes* (4,4%) e de *Capital* (33%), nomeadamente da *Administração Central* e da *União Europeia*. Do lado da despesa, que cresceu 4,2%, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (6,7%) e das *Outras Transferências Correntes* (1%) e de *Capital* (58,6%), bem como da *Aquisição de Bens e Serviços* (1,5%).

Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central

	2020	2021	2021	
	jan a ago		jul	ago
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Efetiva	37 317	38 404	8,0	2,9
Impostos diretos	11 337	11 714	14,8	3,3
Impostos indiretos	16 058	15 865	3,4	-1,2
Despesa Efetiva	43 534	45 261	2,8	2,8
Despesa com pessoal	11 510	12 051	4,7	4,7
Aquisição bens e serviços	6 056	6 319	-3,5	4,4
Juros	4 921	4 474	-13,3	-9,1
Despesa Capital	2 890	3 191	19,3	10,4
Investimento	1 817	1 877	14,8	3,3
Saldo Global	-6 216	-6 857	-	-
Saldo Primário	-1 295	-2 383	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2020	2021			2020	2021		
	jan a ago				jan a ago			
	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)		VHA (%)	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)		VHA (%)
Receita Efetiva	21680	22 903	59,9	5,6	6 940	7 353	55,8	5,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 644	2 664	69,2	0,8	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	13 721	14 063	76,1	2,5	727	613	51,4	-15,8
Despesa Efetiva	21415	22 325	58,5	4,2	7 786	8 066	58,6	3,5
Despesa com pessoal	5 120	5 472	64,0	6,7	3 001	3 240	65,1	7,7
Aquisição de bens e serviços	5 489	5 572	56,9	1,5	2 688	2 518	58,5	-6,3
Transferências correntes	7 785	7 831	64,5	0,6	36	31	39,9	-12,8
Saldo Global	264	578	-	-	-846	-712	-	-

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS até agosto registou um défice de 167 M€, o que representa um agravamento de 334 M€ face ao verificado no período homólogo.

A receita total aumentou 4,9%, atingindo 7 620 M€, justificado pelo aumento de 3,7% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 7 157 M€.

A despesa total aumentou 9,7% em termos homólogos, atingindo 7 788 M€. Para esta variação contribuiu o aumento de 9,5% nas *Despesas com Pessoal* e de 11,6% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, é de salientar o crescimento de 24,9% nos *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica* e de 15,6% na *Aquisição de Bens (compras de inventários)*, e a diminuição de 11,9% na despesa com *Parcerias Público-Privadas*.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS

	Serviço Nacional de Saúde			
	2020		2021	
	jan a ago			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Total	7 263	7 620	4,9	66,2
Receita fiscal	77	51	-33,4	41,5
Outra receita corrente	7 153	7 538	5,4	67,4
Transferências correntes do OE	6 905	7 157	3,7	-
Receita de capital	33	31	-6,9	14,4
Despesa Total	7 097	7 788	9,7	67,1
Despesa com pessoal	2 928	3 207	9,5	66,6
Aquisição de bens e serviços	3 898	4 352	11,6	67,9
Despesa de capital	157	122	-22,4	41,6
Saldo Global	166	- 167	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

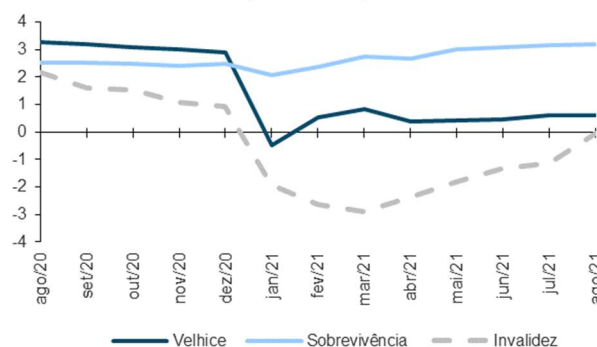
Segurança Social

No final de agosto, a Segurança Social apresentou um excedente de 50 M€, uma melhoria no saldo de 135 M€ face ao verificado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva cresceu 7,2% em termos homólogos para o qual contribuiu o aumento das receitas com *Contribuições e quotizações* (9,2%), assim como das *Transferências do Orçamento do Estado* (1,7%), em particular para financiamento das medidas relacionadas com o COVID-19, e onde as transferências referentes ao *Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social* cresceram 1,4%.

A despesa efetiva aumentou 6,5%, decorrente, essencialmente, do aumento da despesa no âmbito das *Medidas excecionais e temporárias relacionadas com o COVID-19* (27,8%), do aumento da despesa com *Pensões* (2,8%), da Despesa com *Ações de Formação Profissional com suporte no FSE* (25,2%), com as *Prestações de Desemprego* (17,6%) e, ainda, da despesa com a *Ação Social* (8,9%).

Figura 2.21. Despesa em Pensões da Segurança Social (VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2019		2020	
	jan a ago			
	10 ⁶ euros		VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	19 434	20 830	7,2	65,8
Contribuições e quotizações	11 722	12 800	9,2	67,6
Transferências correntes da Administração Central	6 259	6 362	1,7	63,3
Despesa Efetiva	19 520	20 781	6,5	67,6
Pensões	11 499	11 817	2,8	63,4
Subsidio de desemprego e apoio ao emprego	963	1 133	17,6	69,0
Outras Prestações Sociais	4 921	5 512	12,0	64,8
Saldo Global	-86	50	-	-

Fonte: DGO

Administração Regional

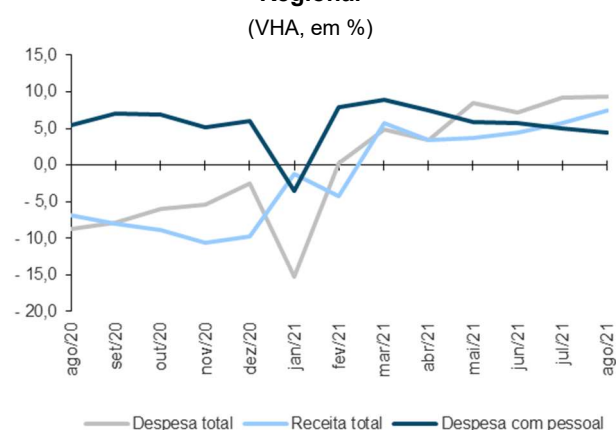
Nos primeiros oito meses de 2021 a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 170 M€, o que representa uma deterioração de 41 M€ em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo maior crescimento da *Despesa Efetiva* (7,5%) face ao aumento da *Receita Efetiva* (9,4%).

Este comportamento resulta da melhoria do défice da Região Autónoma dos Açores em 55 M€ (que passou de 75 M€ para 21 M€), enquanto o da Região Autónoma da Madeira registou um agravamento de 96 M€ (de 53 M€ para 149 M€).

Para o crescimento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente o aumento das *Aquisição de Bens e Serviços* (13,9%), das *Despesas com Pessoal* (4,5%), bem como das *Outras Transferências Correntes* (18,8%) e de capital (23,2%) e dos *Subsídios* (73%). Em sentido inverso verificou-se a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-24,4%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento das *Outras receitas Correntes* (83,1%), das *Transferências do Orçamento do Estado* (2,2%) e da *União Europeia* (114,9) e da *Receita Fiscal* (1,1%).

Figura 2.22. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO.

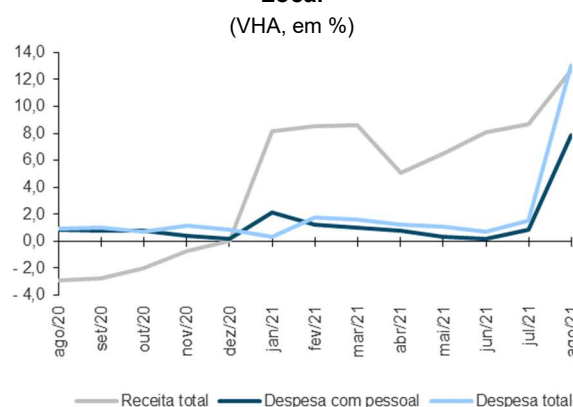
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local até ao final de agosto, diminuiu ligeiramente em 4 M€ face ao registado no período homólogo, atingindo 99 M€. Para tal contribuiu o aumento da *Receita Efetiva* (12,7%) que foi mais que compensado pela subida da *Despesa Efetiva* (13 %).

Para este comportamento da receita, contribuiu o aumento das *Transferências Correntes* (11,3%), nomeadamente *do Orçamento do Estado* (7,1%), e de *Capital* (30,7%), devido sobretudo às *Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro* (8%) e no âmbito da *Participação do IRS* (8,2%), assim como da *Receita Fiscal* (12,1%).

Para o comportamento da despesa contribuiu o aumento da *Aquisição de Bens de Capital* (45,9%), das *Transferências Correntes* (7,7%) e das *Despesas com Pessoal* (7,8%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2020	2021		2020	2021	
	jan a ago			jan a ago		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Total	1 522	1 635	7,5	5 189	5 675	12,7
Impostos	929	939	1,1	1 721	1 826	12,1
Transferências correntes	319	348	9,1	1 988	2 202	11,3
Transferências de capital	181	190	4,8	466	659	30,7
Despesa Total	1 650	1 805	9,4	4 892	5 576	13,0
Pessoal	760	794	4,5	1 698	1 867	7,8
Aquisição de bens e serviços	378	430	13,9	1 384	1 330	1,2
Juros e outros encargos	106	80	-24,4	29	19	-21,6
Transferências correntes	149	177	19,0	519	584	7,7
Investimento	70	81	15,7	878	1 374	45,9
Transferências de capital	140	167	19,6	198	213	3,8
Saldo Global	- 129	- 170	-	297	99	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final do mês de julho de 2021, a dívida pública atingiu 274 585 M€, uma diminuição de 2 916 M€ face ao mês anterior e mais 4 094 M€ que no final de 2020. A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou uma diminuição de 1 296 M€ face ao verificado no final de junho e mais 8 146 M€ que no final do ano de 2020, sendo que os depósitos diminuíram 4 052 M€ face ao final de 2020.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	31/12/2020	30/06/2021	31/07/2021
Administrações Públicas	270 492	277 501	274 585
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	278 242	285 098	281 220
Administração Regional e Local	10 649	10 730	11 005
Segurança Social	3	2	2
Consolidação entre subsectores	18 401	18 328	17 641
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	19 694	16 504	14 850
Depósitos das Administrações Públicas	23 905	21 473	19 853

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1 606 M€ em agosto, um aumento de 2 M€ face ao mês anterior, e mais 215 M€ que em final de 2020. A variação mensal resultou do aumento da dívida não financeira da Administração Central (17 M€), parcialmente neutralizado pela diminuição de 15 M€ verificada na Administração Regional.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 jul	2021 ago
Administrações Públicas	1 391	1 604	1 606
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	406	568	584
Administração Regional	82	134	119
Administração Local	903	903	903
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) fixaram-se em 623 M€ em agosto, correspondendo a uma diminuição de 283 M€ face ao mês anterior, mas mais 245 M€ em relação ao final de 2020. A variação resulta, maioritariamente, da diminuição verificada nos Hospitais EPE (menos 278 M€ em relação ao mês anterior).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 jul	2021 ago
Administrações Públicas	379	907	623
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	26	41	41
SNS	3	8	5
Hospitais EPE	147	667	389
Empresas Públicas Reclassificadas	25	20	20
Administração Regional	121	114	112
Administração Local	57	57	57
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	379	907	624

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final de agosto, a dívida direta do Estado atingiu 272 900 M€ (menos 837 M€ que no final do mês anterior) e 272 516 M€ após cobertura cambial. Para esta evolução contribuiu a amortização líquida de dívida transacionável (menos 1 185 M€) parcialmente compensada pela emissão líquida de 351 M€ dos empréstimos oficiais, relacionado com o montante emprestado do âmbito do PRR.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/jul/21	2021 ago			31/ago/21
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	175 632	1 718	2 739	- 164	174 447
da qual: Bilhetes do Tesouro	9 813	:	:	:	9 813
da qual: Obrigações Tesouro	153 343	1 718	1 539	- 179	153 343
Não Transacionável	43 066	612	615	:	43 063
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	30 109	501	458	:	30 151
da qual: CEDIC e CEDIM	8 862	66	105	:	8 822
Empréstimos Oficiais	55 039	351	:	0	55 390
Total	273 737	2 681	3 354	- 164	272 900
Dívida total após cobertura cambial	273 373	-	-	-	272 516

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 22 de setembro, o IGCP, E.P.E. realizou uma oferta de troca de OT, tendo comprado 330 M€ da OT 2,2%17Out2022 e 184M€ da OT 5,65%15Fev2024 e vendido 279 M€ da OT2,125%17Out2028 e 235 M€ da OT 2,25%18Abr2034.